

O CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Maria Neide Targino ¹
Raquel Lemos de Oliveira ²

INTRODUÇÃO

O currículo escolar transcende a mera organização de disciplinas e conteúdos, consolidando-se como um poderoso espaço de construção de identidades. Esta pesquisa se propõe a analisar, a partir de um viés histórico e socioantropológico, a intrínseca relação entre o que é ensinado e a formação do sujeito. A identidade, neste contexto, é entendida como um processo dinâmico, multifacetado e relacional, profundamente influenciado pelas práticas, discursos e silêncios do ambiente escolar.

O currículo, enquanto conjunto de conhecimentos e práticas pedagógicas, atua como um agente ativo na formação das identidades dos estudantes, concebendo-a como um processo dinâmico e multifacetado que se constrói na relação do indivíduo consigo mesmo e com o mundo. Considerá-lo um espaço de construção identitária é refletir sobre o papel da escola na formação integral dos sujeitos – não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também em suas dimensões cultural, social, étnica e política.

Nessa perspectiva, o currículo deixa de ser um mero transmissor de conhecimento e se estabelece como um território de encontro e questionamento entre os alunos, seus grupos sociais e as diversas culturas. Essa mediação curricular pode funcionar como um reflexo fiel ou, inversamente, como uma distorção das identidades culturais. A exclusão de narrativas e experiências de grupos historicamente subrepresentados (como as culturas indígenas ou afro-brasileiras) marginaliza e desvaloriza esses estudantes. Em contraste, a inclusão de conteúdos plurais e diversos promove o fortalecimento da identidade e a conexão com as raízes, contribuindo para uma visão de sociedade mais justa.

A justificativa deste trabalho reside na urgência de desmistificar a neutralidade curricular. Ao longo da história, o currículo refletiu os valores hegemônicos, atuando como um "documento de identidade" que, ao nomear uns, marginaliza as culturas e identidades não-dominantes. Compreender essa dinâmica é fundamental para a

¹ 1Pós Graduanda do Curso de Educação Contemporânea com ênfase em Coordenação Pedagógica pela UNIFACS, maria.neide@nova.educacao.ba.gov.br;

² Pós Graduanda do Curso de Linguística Aplicada e Ensino de Línguas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, lemos.que@gmail.com



construção de uma educação mais justa. O objetivo é, portanto, demonstrar a evolução da concepção curricular, partindo de um modelo normativo para um modelo pós-crítico e decolonial, e examinar como a inclusão de conteúdos plurais contribui para o fortalecimento da identidade estudantil.

As discussões e resultados sintetizados indicam que as teorias pós-críticas impulsionaram o entendimento do currículo como um território político onde visibilidades e representações culturais estão em constante disputa. Conclui-se que o reconhecimento da dimensão cultural e política do currículo é essencial para uma educação democrática e para a afirmação de identidades diversas e resistentes aos modelos homogeneizadores.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica e a análise documental. O estudo baseou-se na revisão sistemática de literatura no campo da Sociologia da Educação e Estudos Curriculares, com foco em periódicos científicos, livros e teses que abordam o currículo a partir de perspectivas críticas e pós-críticas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do currículo como espaço de construção de identidades exige um olhar que ultrapasse a dimensão técnica e normativa do campo curricular e adentre sua natureza histórica, cultural e política. O currículo é, antes de tudo, uma prática social situada — uma seleção cultural de saberes, valores e visões de mundo — que se materializa em contextos concretos e em meio a relações de poder (SACRISTÁN, 2000; SILVA, 1999). Dessa forma, compreender o currículo implica compreender as lógicas que sustentam a produção e a legitimação do conhecimento escolar e os modos pelos quais essas lógicas afetam a constituição das subjetividades dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Historicamente, o campo dos estudos curriculares passou por significativas transformações. Nas perspectivas tradicionais, o currículo era entendido como um instrumento neutro, estruturado para organizar conteúdos e competências, visando à formação do “cidadão ideal” adaptado às exigências do sistema produtivo e às demandas



do Estado-nação moderno (APPLE, 2006). Essa racionalidade técnica, fortemente influenciada pelo positivismo e pela administração científica, conferia centralidade à eficiência, à mensuração e à padronização dos processos educativos, silenciando a pluralidade cultural e as singularidades dos sujeitos.

A virada crítica, ocorrida a partir das décadas de 1960 e 1970, representou um ponto de inflexão teórica e política no modo de conceber o currículo. Inspiradas pelo marxismo e pela Escola de Frankfurt, as teorias críticas — especialmente nas obras de Michael Apple e Henry Giroux — denunciaram o caráter ideológico e reprodutor do currículo, revelando-o como um aparelho ideológico do Estado que perpetua as desigualdades de classe, raça e gênero (APPLE, 2006; GIROUX, 1986). Nesse contexto, o currículo é compreendido como campo de luta, no qual se travam disputas entre saberes hegemônicos e saberes subalternos, e o professor passa a ser visto como um intelectual transformador, capaz de ressignificar as práticas pedagógicas a partir de uma pedagogia da possibilidade (GIROUX, 1997).

Contudo, as teorias críticas, embora tenham denunciado a reprodução das desigualdades, mantiveram certa centralidade na estrutura econômica e nas macro-relações de poder, não abordando plenamente as dimensões subjetivas, culturais e identitárias da experiência educacional. É nesse contexto que emergem as teorias pós-críticas do currículo, que deslocam o foco das relações estruturais para os processos discursivos e para as práticas de significação (SILVA, 1999).

Essa abordagem pós-crítica aproxima-se das contribuições de Stuart Hall (2006), que concebe a identidade como um processo em constante construção, marcado pela diferença, pela representação e pela historicidade. As identidades, segundo o autor, são formadas no interior do discurso e estão sempre em processo de negociação e hibridização. O currículo, ao selecionar e legitimar determinadas narrativas, participa ativamente da produção dessas identidades, tornando-se um espaço de disputa entre discursos e visões de mundo.

A incorporação da perspectiva decolonial intensifica essa reflexão, ao denunciar as continuidades coloniais presentes na epistemologia moderna ocidental. Autores como Catherine Walsh (2013) e Walter Dignolo (2005) argumentam que o currículo, ao privilegiar uma matriz eurocêntrica de saberes, contribui para a manutenção da colonialidade do poder, do saber e do ser. O currículo decolonial, por sua vez, propõe o rompimento com a hierarquização epistêmica e a valorização dos conhecimentos



ancestrais e comunitários, em um movimento de re-existência e insurgência epistemológica.

Nilma Lino Gomes (2000) contribui para essa discussão ao relacionar currículo, identidade e diversidade, evidenciando que a homogeneização dos processos educativos tende a gerar exclusão e apagamento das diferenças. Para a autora, pensar uma educação emancipadora implica enfrentar o racismo epistêmico e reconhecer o direito à diferença como princípio ético e pedagógico. Do mesmo modo, Arroyo (2012) e Macedo (2017) destacam que o currículo é também um campo ético e estético, onde se constroem sentidos de humanidade e pertencimento, sendo necessário reconfigurá-lo a partir das margens.

Nessa direção, Paulo Freire (1996) já advertia que não há neutralidade na prática educativa, pois toda escolha pedagógica é, por natureza, política. O currículo, enquanto prática cultural, deve favorecer a leitura crítica do mundo e o diálogo entre diferentes experiências humanas. Assim, o currículo que se compromete com a emancipação precisa ser dialógico, inclusivo e crítico, promovendo a valorização das identidades e o fortalecimento das vozes historicamente silenciadas.

Esse percurso revela que o currículo não apenas transmite conhecimento, mas também produz sentidos, posições de sujeito e relações de poder. Ao reconhecer sua dimensão política e cultural, torna-se possível construir currículos comprometidos com a pluralidade, a equidade e a justiça cognitiva — fundamentos indispensáveis para uma educação verdadeiramente democrática.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A análise realizada permitiu compreender o currículo como território simbólico e político, no qual se constroem e se confrontam identidades culturais. As práticas escolares observadas revelam que o currículo, muitas vezes, ainda opera sob a lógica da homogeneização, reproduzindo visões eurocêntricas de conhecimento e marginalizando saberes locais e comunitários. Essa constatação evidencia o quanto as epistemologias hegemônicas seguem influenciando as escolhas curriculares, invisibilizando perspectivas plurais e limitando a formação crítica dos estudantes.

Entretanto, emergem também experiências pedagógicas que tensionam esse modelo, sinalizando possibilidades de construção de um currículo mais dialógico e situado. As práticas educativas que valorizam saberes tradicionais, línguas maternas, expressões culturais regionais e vivências comunitárias demonstram que o currículo pode



se tornar espaço de afirmação e resistência. Tais experiências concretizam o que Walsh (2013) denomina *interculturalidade crítica*: um movimento político-pedagógico que propõe a coexistência de epistemes diversas em pé de igualdade, promovendo a justiça cognitiva e o reconhecimento da diferença como valor educativo.

A presença de elementos da cultura local nos projetos pedagógicos e nas atividades escolares contribui para que os sujeitos se reconheçam como parte do processo educativo. Essa dimensão identitária do currículo reforça o argumento de Gomes (2000), para quem a educação deve promover o empoderamento das identidades historicamente marginalizadas, especialmente as de povos indígenas, afrodescendentes e populações periféricas. Quando o currículo reconhece essas experiências, a escola deixa de ser espaço de silenciamento e passa a ser território de enunciação e pertencimento.

Do ponto de vista das relações pedagógicas, verificou-se que o diálogo intercultural e a problematização da realidade local fortalecem o vínculo entre escola e comunidade, favorecendo uma aprendizagem contextualizada e significativa. Essa perspectiva vai ao encontro de Paulo Freire (1996), ao afirmar que ensinar é um ato político e que a educação deve partir da leitura crítica do mundo. Nessa direção, o currículo crítico-decolonial propicia a formação de sujeitos capazes de interpretar, questionar e transformar as estruturas sociais que os oprimem.

Além disso, a análise revela que o protagonismo docente é elemento central para a efetivação de um currículo comprometido com a diversidade. Professores que assumem postura reflexiva e engajada conseguem subverter prescrições curriculares rígidas, incorporando temas, linguagens e práticas culturais que dialogam com o contexto dos estudantes. Giroux (1997) concebe esse educador como intelectual transformador, cuja ação vai além da transmissão de conteúdos, configurando-se como prática política de reinterpretação do mundo e de construção coletiva do conhecimento.

Quadro 1 – Resumo das concepções curriculares analisadas no trabalho.

Concepção Curricular	Relação com a Identidade	Implicação Política
Tradicional/Normativa	Homogeneização, formação do "cidadão ideal"	Reprodução social, manutenção da hegemonia cultural



Concepção Curricular	Relação com a Identidade	Implicação Política
Crítica	Reconhecimento da reprodução, foco na emancipação	Luta contra a desigualdade de classes e a ideologia
Pós-Crítica/Decolonial	Afirmação da diferença, pluralidade e subjetividade	Desafio à hegemonia eurocêntrica, justiça social e reconhecimento

Os resultados apontam, portanto, para a necessidade de políticas curriculares que garantam autonomia pedagógica e valorizem a pluralidade epistemológica. O currículo, quando compreendido como espaço de negociação cultural, permite que a escola exerça sua função social de promover a equidade e o respeito à diferença. Essa concepção, sustentada por autores como Sacristán (2000) e Silva (1999), reforça a ideia de que o conhecimento não é neutro: ele expressa disputas simbólicas e reflete os modos como a sociedade define quem pode ensinar e o que é digno de ser aprendido.

A análise dos documentos e a revisão bibliográfica confirmam a premissa central deste trabalho: o currículo, longe de ser um artefato técnico e neutro, constitui um território político e um espaço simbólico onde as identidades são ativamente construídas, negociadas e, por vezes, silenciadas. A discussão sobre a evolução da concepção curricular, de um modelo normativo para um pós-crítico, revela que a inclusão de conteúdos plurais é um mecanismo direto de fortalecimento da identidade estudantil.

Palavras-chave: Currículo, Identidades, Diversidade.

4. REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIROUX, H. A. **Teoria e resistência em educação: uma pedagogia para a oposição**. Petrópolis: Vozes, 1986.



GIROUX, H. A. **Professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

GOMES, N. L. Educação, identidade e diversidade: desafios para a escola. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 83-94, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MACEDO, R. S. **Currículo: campo, conceito e pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 2017.

MIGNOLO, W. D. **A colonialidade: o lado mais escuro da modernidade.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, T. Ta. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade: aposta para a transformação. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2013.

